

JOÃO W. NERY: [TRANS]PASSANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Rafaela Costa de Azevedo

Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: kaleafar@outlook.com

Resumo: A partir dos discursos presentes nas obras autobiográficas do transhomem João W. Nery, propõe-se uma reflexão sobre a trajetória histórica desse transexual, enfatizando o seu processo de (re)aprendizagem acerca dos papéis de gênero, incluindo sua adaptação em níveis sociais e individuais, contextualizadas durante um período bastante conturbado da história política brasileira – a Ditadura Civil-Militar. Tais fontes autobiográficas foram analisadas enquanto discursos construídos a partir de uma intencionalidade, em que busca-se perceber além do que está explícito na narrativa. Para atribuir sentido à estas interações, trabalhando a partir da perspectiva dos Estudos Culturais, utiliza-se os diálogos teóricos e metodológicos fornecidos principalmente por Judith Butler, Michel Foucault, Berenice Bento, Stuart Hall e Michael Pollak.

Palavras-chave: Identidade de gênero; João W. Nery; Transexualidade; Transhomem.

O interesse por uma pesquisa mais aprofundada acerca da temática que envolve a transexualidade surgiu ao assistir *Boys Don't Cry* (1999), filme norte-americano de drama biográfico. Esta obra cinematográfica retrata parte da vida de Brandon Teena¹, que, ao mudar-se para uma cidade da Nebraska e adotar uma identidade masculina, é vítima de abuso sexual e assassinado por dois homens, seus conhecidos, quando estes descobrem seu sexo biológico. A dramatização dessa narrativa baseada em um acontecimento real provocou a reflexão sobre trajetórias de transexuais ao longo da história, tendo em vista que estes precisam lutar diariamente por algo que deveria ser simples: viver.

Partindo dessas considerações, encontramos a trajetória do transexual João W. Nery que, em fins da década de 1970, vem a se tornar o primeiro transhomem² brasileiro com registro de intervenções cirúrgicas para readequação sexual. Nascido no Rio de Janeiro em 1950, onde viveu até os 27 anos com um corpo de anatomia feminina, João passou pelo processo transexualizador³ entre o período que corresponde a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). A constante e histórica vigilância, perseguição e silenciamento de homossexuais, transexuais e travestis possui

¹Brandon Teena (1972-1993), homem transexual norte-americano, foi espancado, violado e assassinado numa cidade do interior dos EUA. O sexo biológico atribuído a Brandon foi o feminino, mas ele se identificava, se apresentava e vivia como homem. Seu assassinato foi um dos mais notórios crimes de ódio dos EUA na década de 1990.

²Indivíduos que foram identificados como meninas no nascimento, mas se identificam com o gênero masculino. Os termos que definem os sujeitos trans não são consenso.

³Conjunto de alterações corporais e sociais que consubstanciam a transição do gênero atribuído para o gênero identificado, sendo a cirurgia de redesignação sexual uma das etapas desse processo (BENTO, 2006).

forte ligação com os “valores morais” que envolvem o meio social. A Ditadura no Brasil foi um momento histórico no qual a existência destes foi colocada na categoria de afronta aos setores conservadores que apoiavam a ordem social fortalecida pelos ideais do Regime Militar.

Pensando no contexto brasileiro entre as décadas de 1970 e 1980, a partir das narrativas de João W. Nery, presentes nos seus livros *Erro de pessoa: João ou Joana?* (1984) e *Viagem solitária: Memórias de um transexual 30 anos depois* (2011), suscita-se uma reflexão acerca dos seguintes questionamentos: durante esse período marcado pela hostilidade à diferença, João Nery utilizou de performances de gênero⁴ para se inserir no meio social? Como esse transexual constitui para si novas subjetividades ao longo desse período? Que entraves podem ser encontrados ao buscar se inserir entre as relações sociais cotidianas, enquanto integrante de uma sexualidade que “desvia” da heteronormatividade? Tais indagações propõem uma análise reflexiva sobre a generalização de aspectos individuais, que delimitam pessoas e suas vivências dentro de um quadro binário, no qual o órgão sexual de nascimento é responsável por dividir a sociedade entre dois moldes distintos: masculino e feminino.

Durante a maior parte do século XX, a sexualidade humana e os estudos sobre sexo e gênero foram ignorados enquanto objeto de análise das pesquisas sociais. O desejo de que o assunto não adentrasse entre os problemas da vida em sociedade limitou o tema “sexo” ao campo das ciências biomédicas. De acordo com Trindade (2016), apenas recentemente a marginalização da sexualidade está cedendo lugar para uma reflexão política e social. A década de 1980 aparece como ponto de destaque, inclusive no Brasil, para o início da expansão de pesquisas sociais sobre gênero e sexualidade, abrindo espaço para temáticas como a transexualidade, algo possibilitado principalmente, pelas transformações socioculturais relacionadas à visibilidade pública do movimento de luta pelas causas LGBTT’s.

Nesse contexto, os estudos que envolvem figuras homossexuais, travestis e transexuais, enquanto agentes ativos de determinado processo histórico, ainda são escassos e limitados⁵, principalmente quando se refere aos transhomens⁶. Essa constatação possibilita refletir sobre as dificuldades de estudos sobre essas temáticas, a partir dos processos históricos que promoveram o silenciamento e invisibilidade desses grupos.

⁴Utilizaremos a ideia de performances de gênero enquanto criações sociais que diferenciam os corpos sexualizados em uma dicotomia entre o natural (sexo) e o cultural (gênero). Nessa perspectiva, o corpo é inscrito em um determinado campo discursivo, socialmente construído, antes mesmo do seu nascimento. (BUTLER, 2015).

⁵Ver, cf. JAYME, 1999; PATRÍCIO, 2002; TEIXEIRA, 2009; AZEVEDO, 2015

⁶Ver, cf. ÁVILA & GROSSI, 2010; ALMEIDA, maio-agosto 2012; NERY & COELHO & SAMPAIO, 1 nov. 2015 - abr. 2016

Partindo da perspectiva dos Estudos Culturais, entende-se a cultura como uma soma de todas as práticas sociais e suas inter-relações, abrindo espaço para observar as expressões culturais relacionadas ao contexto social das instituições, das relações de poder e da história. Utiliza-se como ponto de partida o conceito de identidade cultural discutido por Stuart Hall (2014), para quem a identidade pode ser vista enquanto uma “celebração móvel”, no sentido de uma (trans)formação contínua relacionada com as formas de representação, dispostas nos sistemas culturais que nos rodeiam. Desta forma, a identidade é definida historicamente, a partir da diferença para com o outro.

Pensando a relação de uma identidade individual com o seu meio social, no campo da construção de si, do corpo e da sexualidade, torna-se perceptível como as “políticas governamentais” geram efeitos que organizam a vida em sociedade, a partir de técnicas que conduzem aos outros e a si próprio, o que Foucault (1993) denominou de governamentalidade⁷. Outra reflexão nesse sentido, envolve a seletividade dos discursos que estão presentes nas relações cotidianas, no que diz respeito ao prazer e ao sexo, atingindo as condutas dos indivíduos e formulando modos “normais” e/ou aceitos de viver (FOUCAULT, 1988).

Em sua obra “Problemas de gênero” (2015), Judith Butler problematiza a ordem vigente em nossa sociedade, que exige a coerência total entre sexo-gênero-desejo obrigatoriamente heterossexuais. Trabalha-se com o conceito de “performances de gênero” enquanto criações sociais que diferenciam os corpos sexualizados em uma dicotomia entre o que seria natural (sexo) e cultural (gênero). O gênero assume posição de “tecnologia social heteronormativa”, no qual o lugar privilegiado de poder é atribuído a heterossexualidade. Ao analisar a trajetória narrada por João Nery em suas autobiografias, observa-se com atenção as narrativas do que foi experienciado na prática, e influenciado pelos padrões sociais.

Do ponto de vista temático, no livro “A reinvenção do corpo” (2006), Berenice Bento reafirma as ideias anteriores, explicando como a emergência da experiência transexual tem suas origens nas articulações históricas e sociais que produzem corpos-sexuados de matriz heterossexual. Para esta pesquisa, tal obra ofereceu contribuições teóricas e metodológicas relevantes, ao fazer uma investigação que também toma como ponto de partida as experiências pessoais de transexuais – nesse caso específico, mulheres trans – que buscam serem inseridas e aceitas no convívio social.

⁷De acordo com essa análise, a ação governamental no Ocidente se fundaria sobre três ideias: a cristã de poder pastoral responsável pelos indivíduos, a razão de Estado que surge no século XVI, e uma série de instrumentos estatais que formariam nos séculos XVII e XVIII o dispositivo de polícia. A fusão destas três matrizes levaria à constituição de uma noção de governo imbuída de elementos racionalizados de condução e direção dos indivíduos – a governamentalidade (FOUCAULT, 1993)

Destaque também para a obra “Ditadura e homossexualidades” (2014), de Renan Quinalha e James Green, que disponibiliza, a partir de uma extensa análise documental, denúncias das vigilâncias, perseguições, repressões e silenciamentos sofridos pelas sexualidades dissidentes, durante o período ditatorial no Brasil. Quinalha e Green, enquanto organizadores da obra, oferecem um olhar amplo sobre acontecimentos que envolvem a temática, contribuindo na contextualização do período histórico em questão.

O presente artigo encontra-se estruturado a partir de dois tópicos. O primeiro tópico tem por título “João Nery: um homem com T maiúsculo”, nele é debatido a forma como este transexual constitui suas subjetividades a partir das experiências físicas e emocionais vivenciadas. No segundo tópico, intitulado “Limites identitários: a transexualidade na Ditadura brasileira”, a partir das narrativas de João Nery, aborda-se as violências que foram praticadas contra ele e as performances de gênero utilizadas pelo mesmo, enquanto buscava se inserir nos diferentes ambientes sociais.

Ao trabalhar com a construção de uma identidade transexual a partir da análise discursiva, as autobiografias (NERY, 1984; NERY, 2011) foram analisadas a partir das formas pelas quais os poderes estabelecem ligações com determinados discursos, a fim de produzir efeitos de verdade (FOUCAULT, 1996). Destaca-se também a importância desses documentos particulares que foram narrados a partir de uma linguagem própria, por não se restringirem apenas aos fatos e abordarem também o significado destes para quem os vivenciou. O discurso presente nas obras de João Nery foi observado enquanto narrativas de memórias construídas, consciente ou inconscientemente, social ou individualmente, ligadas ao sentimento de identidade (POLLAK, 1992).

JOÃO NERY: UM HOMEM COM T MAIÚSCULO

Uma caminhada de mil léguas começa com o primeiro passo.

Provérbio chinês, Capítulo V (NERY, 1984, p. 138)

Não existe a possibilidade de definição, em termos universais, do que é transexualidade – tanto a feminina quanto a masculina – nos moldes das concepções que os discursos médicos forjaram. Nesse sentido, recorreremos a Berenice Bento, para quem tal experiência é

identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Essa definição confronta-se à aceita pela medicina e pelas ciências psi que a qualificam como uma ‘doença mental’ e a relaciona ao campo da sexualidade e não ao gênero. Definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-lo, fixá-lo em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para seus conflitos, perspectiva divergente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária (BENTO, 2006, p. 15)

A partir desta concepção, é possível falar de pessoas que, em diferentes contextos sociais e culturais, vivem uma relação conflituosa com o gênero que lhe foi assignado ao nascer, reiterado a partir da socialização, e decidem modificá-lo, em algum momento da vida – não necessariamente de maneira cirúrgica e/ou química. É possível afirmar que essas pessoas, na grande maioria das vezes, enfrentam dificuldades em função da predominância do binarismo de gênero e da matriz heterossexual, que permeia a maior parte das interações sociais. Todavia, vale salientar que a natureza das dificuldades e os dispositivos de enfrentamento não são universais⁸.

Nascido no Rio de Janeiro durante o ano de 1950, onde viveu até os 27 anos com o nome de Joana e um corpo anatomicamente feminino, João Walter Nery foi o primeiro transhomem brasileiro (registrado) a passar pelos processos cirúrgicos para readequar seu corpo a sua identidade de gênero. As cirurgias de mamoplastia masculinizadora⁹ e pan histerectomia¹⁰ foram realizadas durante a década de 1970, período histórico que corresponde a fase final da Ditadura Civil-Militar brasileira, que se estabeleceu durante os anos de 1964 e 1985. Este acontecimento está situado vinte anos antes dessas cirurgias serem legalizadas¹¹ no Brasil, em um contexto em que era vista enquanto “mutilação do corpo”.

Pensando sob o prisma das ideias de Foucault (1996), o discurso médico, nesse caso específico, reflete e produz as representações sociais de um determinado momento histórico, associando papéis de gênero à identidade. Estas ideias podem ser observadas nos discursos de Nery (1984; 2011) quando este tentava entender suas aflições e compreender sua própria sexualidade.

Durante a infância – enquanto ainda era identificado como Joana – João Nery faz referência a esse período evidenciando o seu estranhamento para com o que lhe estava sendo imposto, e a interferência dessas ações na sua personalidade e comportamento. De acordo com suas palavras, os questionamentos começam a surgir pela falta de compreensão da família em relação aos seus desejos que fugiam do “universo feminino”.

Por estar sempre sendo podado por todos, sem que ninguém compreendesse o que eu era, principalmente porque faziam questão de me ver como nunca fui, tornei-me um ser acuado. Não conseguia entender por que faziam questão de me tratar como

⁸ Ver VANCE, Carole S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-29, 1995.

⁹ Intervenção cirúrgica que remodela os seios de forma a masculinizá-los.

¹⁰ Remoção ou extirpação cirúrgica de todo o útero.

¹¹ No Brasil, a legalização desses procedimentos, para as pessoas transexuais, ocorreu inicialmente no sistema privado, em 1997, através da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.482. No sistema público de saúde, isso se deu em 2008, através das Portarias 1.707 e 457, que instituiu e regulamentou, respectivamente, o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde. Ver Conselho Federal de Medicina. (1997, 19 set.). Resolução no. 1482 de novembro de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

se eu fosse uma menina! Sabiam que eu não gostava disso! Por que insistiam em me fazer mal, em me entristecer, em me ridicularizar? Algo estava errado. Restava saber se com eles ou comigo. (NERY, 1984, p. 25)

Em suas narrativas, Nery relata as experiências de discriminação compostas de marcos, como a rejeição do lugar outorgado pelo binarismo de gênero (baseado no seu sexo biológico) e por experiências sociais variadas de sexismo e homofobia em decorrência dessa rejeição (com início na infância, perpassando até a fase adulta). Essas experiências e marcos culminaram na decisão de, em determinado momento da sua vida, reclamar a identidade masculina que por tanto tempo lhe foi negada. Tal decisão parece estar associada não só à possibilidade de obtenção de conforto psíquico, mas também de respeito e reconhecimento social, o que para muitos acaba se tornando a realização de um sonho.

Ao completar oito anos, recebi uma boneca da tia que mais gostava.

– É pra você ninar e cuidar dela, como uma verdadeira mãezinha.

A festa acabou ali.

Na hora de apagar as velinhas, como em muitos outros de meus aniversários, concentrei-me no mesmo pedido: “Quero ser um menino com os outros”. (NERY, 1984, P. 29)

O fragmento dessa narrativa de Nery nos possibilita observar na prática como ocorre, nas formas diretas e indiretas, as construções dos papéis sociais de gênero. Aqui, percebemos a ideia de como o gênero faz parte e permite a performatividade conceitualizada por Butler (2015) e reafirmada por Bento (2006). De acordo com as autoras, essas “performances de gênero” são criações sociais que agem na diferenciação dos corpos sexualizados em uma dicotomia entre o natural (sexo) e o cultural (gênero).

Partindo dessa perspectiva, o gênero funciona enquanto “tecnologia social heteronormativa”, no qual o lugar privilegiado de poder é atribuído a heterossexualidade. Buscando esse fim, antes mesmo do nascimento, o corpo é inscrito em um determinado campo discursivo, socialmente construído a partir da sua genitália. Já na infância, os papéis de gênero vão sendo delimitados, atribuindo a cada um (masculino e feminino) características distintas que não devem ser embaralhadas, mesmo que na prática essa barreira não seja intransponível.

As reiterações, continuadas a partir do que é interpretado através das normas de gênero, atuam na modelagem da aparência dos corpos, em atos que vão sendo renovados e consolidados na prática e com o tempo. Segundo a autora Berenice Bento,

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção-reprodução sexual. [...] A heterossexualidade não surge espontaneamente em cada corpo recém-nascido, inscreve-se reiteradamente por meio de operações constantes de repetição dos códigos socialmente investidos como naturais. O corpo-sexuado e a suposta ideia de complementaridade natural, que ganha inteligibilidade por intermédio da heterossexualidade, representam uma

materialidade saturada de significado, não sendo uma matéria fixa, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades, intencionalmente organizada, condicionada e circunscrita pelas convenções históricas (BENTO, 2006, p. 87-88)

Nesse sentido, observa-se a relevância da argumentação realizada por Bento (2006), quando esta afirma que “não há corpos livres, anteriores aos investimentos discursivos”. As instituições familiares, religiosas e, muitas vezes, as de ensino, auxiliam na reprodução dessas “verdades” que vão sendo incorporadas e naturalizadas pelos indivíduos, de forma gradativa. Essa repetição exacerbada cria as normas de gênero, de maneira tão comum e natural que aparentam uma certa a-historicidade.

No que diz respeito à transexualidade, sua repercussão e patologização, nesse período, refletem diretamente na vida de transexuais, seja quando os classifica como “doentes” – aqueles que precisam de um tratamento sobre o qual não detém nenhum poder ou controle, e são submetidos às decisões dos profissionais de saúde –, seja por não permitir a esses sujeitos viverem sua identidade de gênero de forma plena ou, ainda, por não obterem o reconhecimento social, aumentar o número das vítimas de preconceitos e estigmas, principalmente no que se refere à dificuldade de adotar oficialmente o nome social.

Nesse processo, a cirurgia, por algum tempo, foi vista como um meio de adequação a uma condição que, na prática, já existe. Apesar de ser fundamental, para algumas pessoas, que veem nas modificações cirúrgicas a possibilidade do exercício pleno da vida em sociedade e da auto-realização enquanto indivíduo inserido no meio social, seria ilusório pensar que apenas ela funcionaria para solucionar todos os problemas que envolvem esta questão, tendo em vista o contexto social em que se está inserido, coordenado pelas “normas de gênero”, além do atual fortalecimento das ideias conservadoras.

No caso de João Nery, mesmo formado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por não haver, no período, reconhecimento legal e uma legislação própria para a condição transexual, lhe restou refazer toda sua documentação por conta própria e ilegalmente. Como consequência, perdeu todos os seus direitos anteriores, inclusive o currículo escolar e profissional, sendo colocado na posição de analfabeto.

Pensando os diferentes contextos sociais em que é construída uma “fachada social” (GOFFMAN, 2011), há, também, o manejo de discursos emocionais que encorajam e negociam essas interações de sociabilidade. Essa fachada é um equipamento expressivo, de uso consciente ou não, que auxilia na padronização das características e peculiaridades. Ao analisar o papel social do

transhomem na construção de sua representatividade, compreende-se os códigos culturais de gênero e de como estes são dispostos na sociedade.

LIMITES IDENTITÁRIOS: UMA EXPERIÊNCIA TRANS NA DITADURA BRASILEIRA

A lei é como uma bandeirola de um velho campanário, que varia e se move segundo o vento sopra.

Tolstói, Parte III - Capítulo VI, (NERY, 1984, p. 227)

Os anos entre 1964 e 1985 caracterizam um período de exceção no Brasil. De acordo com Napolitano (2014), a liberdade de expressão e de organização tornou-se limitada e quase inexistente durante esse período. As pesquisas organizadas na obra de Green & Quinalha (2014) acrescentam que houve articulação entre o anticomunismo e os valores morais conservadores e reacionários de grande parte da sociedade, resultando na permanência e ampliação de suspeitas direcionadas aos indivíduos que não se incluíam na heteronormatividade¹², interligando “desvio moral” e “subversão”.

A realização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”¹³, em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, serve como demonstração desse conservadorismo de manutenção da propriedade privada e exaltação da família de matriz heterossexual, que predominou no decorrer do período histórico em questão. É nesse contexto que observamos homossexuais, transexuais e travestis sendo vigiadas/os, perseguidas/os e silenciadas/os, pois os “valores morais” da época colocavam sua existência na categoria de afronta aos setores conservadores que apoiavam a ditadura e à ordem social imposta pelo regime militar.

Os números trazidos pelo dossiê *A geografia dos corpos das pessoas trans* (2017), organizado pela Rede Trans Brasil, nos permite afirmar que a violência e a abjeção contra essas pessoas existiam antes da ditadura e não se extinguíram após a redemocratização. Segundo Araújo e Nogueira, autoras do artigo “Travestis na ditadura militar”, presente no dossiê:

Em maio de 1980, durante o governo de Paulo Maluf, o delegado José Wilson Richetti assumiu a delegacia seccional do Centro e criou a Operação Cidade, que trazia como finalidade prender traficantes e assaltantes. No dia seguinte, contudo, os jornais publicavam que a maior parte das 152 prisões feitas na operação foram de prostitutas, travestis e homossexuais. (REDE TRANS BRASIL, 2016, p. 20)

¹²Heteronormatividade define um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle. Sua funcionalidade é formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade.

¹³FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Folha, [19/03/1964]. 2ª edição, p. 7.

A hostilidade contra pessoas que contrariam a heteronormatividade não é um fenômeno natural e universal. Do contrário, ela tem historicidades, pois seus significados são datados. Atenta-se também para as dificuldades enfrentadas por mulheres em meio a uma sociedade conservadora, inclusive ao analisar a trajetória de João Nery que, nascido em um corpo biológica e anatomicamente feminino, se constitui enquanto homem durante os anos finais de um processo que marcou a história do Brasil pela sua repressão e violência.

A partir desse contexto, percebe-se que a transexualidade foi historicamente construída como uma “identidade” que precisa ser corrigida e adequada com base na matriz heterossexual. Nesse sentido, a trajetória de João Nery aparece como um caso pioneiro, de alguém que conseguiu constituir sua identidade trans em meio à um período conturbado da história nacional.

Um dos seus desafios, ao final dos processos de modificações no corpo, foi a falta de legislação para que seus documentos fossem adequados à sua nova situação, e servir de respaldo a sua identidade de gênero. Não contando com um apoio jurídico para mudar seus documentos após passar pelos processos cirúrgicos, João continuou sendo submetido a episódios constrangedores, no qual sua documentação não era compatível com sua aparência e como queria ser reconhecido socialmente.

Os documentos públicos de identificação, muitas vezes, têm sua apresentação exigida como condição para o exercício de algumas relações sociais, ou mesmo como condição para o seu estabelecimento (comprar uma casa, negociar um empréstimo no banco, procurar atendimento em hospitais etc.). Pode-se, então, imaginar a fonte de estigma e constrangimentos que representa o registro civil ao atestar, taxativamente, situações que não mais condizem com a nova realidade de uma determinada pessoa, como ocorre com transexuais.

Apesar das mudanças físicas, tendo se constituído enquanto homem na aparência física e comportamental, em certa medida de acordo com os parâmetros disposto pelas normas sociais de gênero, João Nery continuou preso ao lugar “entre mundos” que uma sociedade conservadora lhe diz pertencer, sendo empurrado ao espaço da anormalidade. O trecho a seguir, retirado de uma das autobiografias analisadas, revela sua situação após a realização das cirurgias.

– Mas por que não tira logo a sua certidão de nascimento?

A ideia já me ocorrera uma infinidade de vezes, mas eu não tinha noção do que seria necessário para concretizá-la. Além do mais, sentia uma mescla de medo e revolta por ter que praticar um ato ilegal devido ao atraso legislativo do país. Selma me deu forças.

– O que você está esperando? Que mudem as leis? Bastam duas testemunhas e nós poderemos ir lá no cartório... (NERY, 1984, p. 227-228)

Quando conheceu Selma, mulher trans que passou por percalços semelhantes aos de João Nery, e ser indagado sobre a mudança da documentação, este resolve arriscar por conta própria e refazer sua certidão de nascimento na ilegalidade. Com um novo registro, a morte de Joana foi oficializada aos 27 anos, em detrimento do nascimento de João Walter Nery, 8 anos mais novo (seu registro lhe dava 19 anos), por ainda não possuir barba e para dar credibilidade à história que foi contada no cartório. Esta nova documentação foi feita tendo como justificativa a perda total dos documentos.

Em consequência, toda a sua formação durante o tempo vivido enquanto Joana foi anulada, incluindo o currículo escolar e profissional, assim como a formação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sendo submetido à posição de analfabeto. Buscando sobreviver e garantir que o seu espaço na sociedade fosse ocupado, João procurou trabalhar em funções que geralmente integram o que é disposto à um “universo social masculino”, exercendo os ofícios de pedreiro, pintor, vendedor, cortador de confecção de roupas e massagista de shiatsu (NERY; COELHO; SAMPAIO, 2016). Suas duas autobiografias (NERY, 1984; 2011) revelam parte da sua trajetória antes, durante e após a realização das cirurgias supracitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro é um grito e o dedico a todos os injustiçados (quer por motivos sociais, jurídicos, econômicos, políticos, físicos, emocionais, etc.), que lutaram ou ainda lutam por seus direitos, “se endurecendo, mas não perdendo a ternura jamais”.

Dedicatória do livro **Erro de Pessoa: Joana ou João?** (NERY, 1984)

No atual momento histórico em que o Brasil se encontra, na qual os discursos de ódio ganham espaço e são potencializados por aspectos conservadores e tradicionais de intolerância as diferenças, precisamos repensar nossas ações e a maneira como a sociedade continua encarando transexuais. Prova disso foi uma pesquisa realizada entre os anos de 2015 e 2016, pela rede Transgender Europe (TGEU), que coloca o Brasil na posição de país que mais mata pessoas trans e gênero-diversas do mundo¹⁴.

Vivenciando as dificuldades enfrentadas por aqueles que burlam o que é imposto socialmente aos gêneros e assumem posição de estranheza por habitar no “entre lugares” da divisão binária, busca-se na teoria e prática cotidiana, o auxílio do autoconhecimento e militância pessoal dos envolvidos nessa pesquisa.

¹⁴ A atualização do Transgender Day os Remembrance 2016 revelou um total de 295 casos de assassinatos registrados de pessoas trans e gênero-diversas entre 1 de outubro de 2015 e 30 de setembro de 2016 em 33 países, com a maioria no Brasil (123), México (52), EUA (23), Colômbia (14) e Venezuela (14) (TGEU, 2016)

Dessa forma, conclui-se que as contribuições dos estudos de gênero, dos estudos trans e da teoria queer são suportes teóricos fundamentais na reflexão sobre a transexualidade e suas temáticas transversais, permitindo uma abordagem do tema que transcende os discursos patologizantes que ainda perduram. Pensar a trajetória de João W. Nery é refletir sobre a construção social de discursos e mentalidades, reforçando o que parece ter sido negligenciado por muito tempo: seu caráter histórico.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice Alves de Melo. **A reinvenção do corpo** - Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006

BORBA, Rodrigo. Narrativas orais e (trans)masculinidade: (re)construções da travestilidade (algumas reflexões iniciais). **Bagoas**. n. 06, 2011, p. 181- 210

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

ECOSTEGUY, Ana C. D. Uma introdução aos Estudos Culturais. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n.9, dez, 1998

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996

_____. **História da Sexualidade I**: A Vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

_____. **História da Sexualidade III**: o cuidado de si. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Ed., 1988

_____. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Vozes: Rio de Janeiro, 2011

GREEN, James N; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, 2014

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos Estudos Culturais**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014

NERY, J. W.; COELHO, M.T.; SAMPAIO, L. L. João W. Nery - A trajetória de um transhomem no Brasil: do escritor ao ativista. **Periodicus**, Salvador, n. 4, v., 1 nov. 2015 - abr. 2016, p. 169-178

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 14^a ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014

TRINDADE, Mably. **Aspectos históricos do processo transexualizador no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gramma, 2016

